



15º CONGRESPO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



O SISTEMA UNIFICADO DE ENSINO E SERVIÇO DA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE: DO PLANO À AÇÃO

Marcelo Mafort de Oliveira¹

Karoline Câmara Noronha²

Mateus Estevam Medeiros Costa³

Tházia de Souza Cirino⁴

Rayane Larissa Santos de Araújo Monteiro⁵

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Sistema Único de Saúde (SUS), tem avançado nos processos de articulação e (re)organização de seus dispositivos de trabalho. Tornando-se mais atuante na promoção de estratégias, direcionadas a gestão do trabalho e educação na saúde, que visam reorientar o desenvolvimento de novos processos de trabalho alicerçados na inovação e fortalecimento da prática profissional.

Diante desse panorama, em dezembro de 2020, em meio à pandemia de COVID-19, a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP), por meio da Subcoordenadoria de Gestão da Educação na Saúde

¹Graduação em Administração pela Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte, especialista em Marketing pela Universidade Estácio de Sá, discente do curso de Direito pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Pesquisador apoiador do Projeto Institucional de Inovação e Modernização de Vigilância em Saúde do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN/SESAP nº 06/2020). E-mail: mmafort@hotmail.com.

²Graduação em Psicologia pela Universidade Potiguar (UNP), especialista em Psicologia Hospitalar pela Universidade Brasileira de Faculdades (UNIBF). Pesquisadora apoiadora do Projeto Institucional de Inovação e Modernização de Vigilância em Saúde do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN/SESAP nº 06/2020). E-mail: karolinenoronhaac27@gmail.com

³Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador apoiador do Projeto Institucional de Inovação e Modernização de Vigilância em Saúde do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN/SESAP nº 06/2020). Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPET) da UFRN e do Laboratório de Estudos do Trabalho (LET) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: mateusestevam@gmail.com.

⁴ Graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especialista em Estratégia de Negócios (UNP) atua como Assistente Técnico Administrativo na Subcoordenadoria de Gestão da Educação em Saúde - SGESES/SESAP. E-mail: cirinothazia@gmail.com.

⁵ Graduação em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especialista em Saúde Pública (UFRN) atua como Subcoordenadora de Gestão da Educação em Saúde - SGESES/SESAP. E-mail: larissaraajofg@gmail.com.



15º CONGRESPO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



(SGES), firmou uma pactuação e cooperação juntamente ao Instituto Metrópole Digital (IMD), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e a Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC), para iniciar o plano de ação para criação do Sistema Unificado de Ensino e Serviço (SUES).

Como considerações iniciais o SUES trata-se de um sistema que consiste consolidar dados e prestar assistência aos Núcleos de Educação Permanente (NEPs) do estado, mas precisamente, no âmbito das oito regiões de saúde. Esse tem o intuito de melhorar o sistema de informações, os indicadores de saúde, como também a estruturação dos dados já existentes, a fim de auxiliar as referências técnicas da SGES à tomada de decisão. Sendo que, em 2021, ampliou-se para Sistema de Gestão da Educação na Saúde, com intuito de fortalecer as práticas no campo da Rede Potiguar de Educação Permanente na Saúde, a partir da visibilidade e autonomia que os instrumentos tecnológicos oferecem.

Cabe destacar que a Educação Permanente em Saúde carrega:

A definição pedagógica para o processo educativo que coloca o cotidiano do trabalho ou da formação em saúde em análise, que se permeabiliza pelas relações concretas que operam realidades e que possibilita construir espaços coletivos para a reflexão e avaliação de sentido dos atos produzidos no cotidiano. A Educação Permanente em Saúde, ao mesmo tempo em que disputa pela atualização cotidiana das práticas segundo os mais recentes aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis, insere-se em uma necessária construção de relações e processos que vão do interior das equipes em atuação conjunta, implicando seus agentes, às práticas organizacionais, implicando a instituição e/ou o setor da saúde, e às práticas interinstitucionais e/ou intersetoriais, implicando as políticas nas quais se inscrevem os atos de saúde (CECCIM, 2005, p. 161).

Alicerçado nessa perspectiva de Educação Permanente em Saúde, o presente estudo-intervenção realizado no âmbito do SUS potiguar, tem por objetivo apresentar a implantação do SUES, da SGES, que compõem a Coordenadoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (CGTES) da SESAP, que visa incentivar e fortalecer toda rede estadual de educação permanente.

Toda a condução locorregional desta política, que é nacional e envolve agentes locais para o fomento de ações de Educação Permanente em Saúde, com a articulação e integração ampla de gestores, tanto a níveis federais, estaduais e municipais. Por pressuposto, o correto planejamento e estabelecimento da Portaria GM/MS nº 198/2004, percorre outros intermediários, tanto dos campos públicos quanto privados. Dessa forma, percebe-se que a Gestão da Educação na Saúde abarca diversos responsáveis e, por sua vez, diversos processos de trabalho, incluindo a administração periódica, estruturação dos dados, convencionamento



15º CONGRES P

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



das necessidades, dimensionamento das demandas de qualificação profissional. Logo, a implementação de sistema de gerenciamento dos dados, histórico padrão (através de dashboards) e toda evolução da assistência, cursos e a capacidade técnica instalada é imprescindível para a aferição correta e implantação da portaria.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de estudo de caso de natureza interventiva e exploratória, ocorrido no âmbito da SGEs-CGTES-SESAP. Para efetivação da ação interventiva, se fez necessário o envolvimento das referências técnicas e gestores (FILIPPO; ROQUE; PEDROSA, 2020). Preferiu-se congregar o uso de técnicas mistas e tal escolha baseia-se no pressuposto de que esse tipo de abordagem permite um entendimento mais coerente sobre as dimensões e vivências na Educação Permanente em Saúde. Os métodos mistos empregam procedimentos de natureza quantitativa e qualitativa, ao elencar variáveis fechadas e abertas, contemplando todas as possibilidades, ao realizar a triangulação entre dados estatísticos e textuais. O procedimento misto é baseado na suposição que diversos tipos de variáveis podem garantir uma melhor compreensão do problema averiguado (CRESWELL, 2017).

A pesquisa foi realizada na SGEs em parceria com o IMD, envolvendo os servidores do setor, juntamente com os pesquisadores-bolsistas do instituto que se reuniam em encontros semanais para criação do SUES.

A população para a presente exposição foi delimitada entre os coordenadores e servidores dos 28 Núcleos de Educação Permanente (NEP) das unidades próprias SESAP, os núcleos regionais (inseridos em todas as oito regiões de saúde) e amostra foi definida em conjunto entre todos os atores, com base nos registros existentes para assim, avaliar as necessidades, serviços a serem oferecidos e métodos consistentes de trabalho.

Dentre as técnicas definidas para o desenvolvimento do sistema de gerenciamento dos dados e sua unificação, teve-se a coleta de dados de forma contínua, abrangendo os registros analisados conforme o acontecimento, e, determinando inclusive os espaços temporais passados, por conseguinte, a sua análise e comparação. Destarte observar que a delimitação do assunto (quantitativo de estagiários, servidores, produção e campos de pesquisa), como a revisão bibliográfica parte da mesma premissa da qualificação dos serviços e estruturação de planos de ação em educação permanente em saúde. Sendo assim, realizaram-se entrevistas, através de encontros virtuais com as referências técnicas, acesso ao banco de dados da SGEs (dentro de sua formatação utilizada), posterior padronização, criação, análise do funcionamento e atualização constantes, a fim, de refinar o manuseio do mesmo. O adequado funcionamento e a facilidade de uso tiveram relevância em sua concepção, tanto pela importância



15º CONGRESPO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



do uso contínuo, quanto pela sua magnitude para o planejamento estratégico e a possibilidade dos usos dos dados por diversos outros setores da SESAP.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: UM BREVE PASSEIO PELA LITERATURA

Instituída por meio da Portaria GM/MS nº 198/2004, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) é considerada como um dos pilares de sustentação do Sistema Único de Saúde (SUS) que visa à formação e o desenvolvimento de seus trabalhadores, para fortalecer essa área. A partir do monitoramento dos dados e das informações contidas no Sistema de Gestão da Educação na Saúde (SGES), a equipe da subcoordenadoria, os integrantes da Rede Potiguar de Educação Permanente e os gestores em geral poderão desenvolver ações e planejamento mais efetivo na área. No sentido de que os campos do sistema estejam alinhados com os processos de trabalho realizados pelos NEPs, de forma que a subcoordenadoria possa gerir juntamente aos NUREPS, as ações de educação em saúde com dados precisos e seguros no que compete aos estágios alocados nas unidades pertencentes à rede SESAP, bem como, programas de residência, preceptoria, pesquisa e extensão.

Conforme elucida Miccas e Batista (2014), a construção da Educação Permanente em Saúde perpassa como movimento transformador para o profissional de saúde, já que este é conhecedor profundo da realidade instalada localmente, logo, é de suma importância o conhecimento regional das necessidades, realizando a correta aferição e abertura de programas adequados para a vivência destes operadores do sistema público de saúde. Estes autores ainda acrescentam que:

[...] a Educação Permanente em Saúde tem sido compreendida quanto aos seus pressupostos teóricos, metodológicos, resultados e conteúdos práticos dos serviços, concluímos que ambas as composições – saúde e educação e trabalho e educação – são envolvidas por processos políticos, sociais, econômicos, desejos e demandas pessoais, pensamentos ideológicos, diferenças disciplinares profissionais e instituições formadoras. São também permeadas por dificuldades de infraestrutura material, de gestão e de recursos humanos para desenvolver ou continuar multiplicando e aplicando a educação permanente (p. 170-185).

Corroborando esse entendimento, a Lemos (2016, p. 913), relatou que o Ministério da Saúde assume a responsabilidade constitucional de ordenar a formação seus recursos humanos. Nessa perspectiva os entes federativos iniciaram seu plano de execução com a criação dos núcleos de educação permanente em saúde, instalados em todas as unidades de serviço. Estes polos são responsáveis pelo conhecimento regional, pela identificação das necessidades e definição de quais lacunas devem ser sanadas.



15º CONGRES P

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



O estabelecimento destas políticas de ação entre o ensino é um progresso no campo de qualificação profissional, que reverbera no usuário final do sistema. Os autores Oliveira Sarrenta e Bertani (2009, p. 398), ainda citam que:

é um caminho promissor a curto, médio e a longo prazo. Ela contribui significativamente para a nossa formação pessoal, profissional e também para desempenharmos bem nosso trabalho dentro do serviço de saúde (OLIVEIRA SARRETA, BERTANI, 2009, p. 398).

A Portaria Normativa no 001/2018-GS/SESAP, de 08 de janeiro de 2018, dispõe sobre as normas para realização de ensino, pesquisa e extensão abrangendo o estágio curricular obrigatório e não obrigatório, internato médico, práticas supervisionadas, residência em área profissional da saúde e multiprofissional em saúde, residência médica, visitas técnicas e projetos de pesquisa e de extensão no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP). De modo a desenvolver a Integração Ensino-Serviço, Educação Interprofissional e Gestão de Residências em Saúde.

CONCLUSÃO

A implantação do sistema SUES realizado pela Subcoordenadoria de Gestão da Educação em Saúde obteve impacto positivo na qualificação dos dados, do panorama visual, frente, a tomada de decisões e redução dos trabalhos dispendidos por ambos os atores (Núcleos de Educação Permanente e SGES) – onde o preenchimento e colecionamento de dados era realizado de maneira sobreposta por estes.

Hoje com o uso do Sistema Unificado de Ensino e serviço, todo o cadastro de novos estagiários, preceptores, pesquisas e visitas técnicas é realizados pelos NEP, com visualização em tempo real pela SGES – anteriormente era enviado relatórios mensais com estes dados, necessitando de novo aferimento para o quantitativo final, sendo assim, a informatização dos serviços gerou aumento de produtividade e menor dispêndio temporal no uso, na avaliação dos dados e decisões, tais como, onde oferecer um incremento de vagas para estágios obrigatórios/não obrigatório e/ou cursos de formação, perfazendo um dos princípios da Educação Permanente.

A realização de oficinas de treinamento foi de suma importância para o correto manuseio do sistema e este foi construindo em paralelo ao desenvolvimento do sistema, como também, o uso em período de testes para o feedback dos usuários finais (trabalhadores dos Núcleos).

A construção coletiva e a descentralização dos serviços aumentam a capacidade de atendimento aos trabalhadores, entendendo as necessidades regionais e se fazendo próximo dos utilizadores.



15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



REFERÊNCIAS

- CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, n. 16, p. 161-77, set. 2004.
- CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. California: Sage, 2017.
- FILIPPO, D.; ROQUE, G.; PEDROSA, S. Pesquisa-ação: possibilidades para a Informática Educativa. In: **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Qualitativa de Pesquisa**, v.3, [s. 1: s.n.]. 2020. Disponível em: https://metodologia.ceie-br.org/wp-content/uploads/2018/10/livro3_cap2_Pesquisaacao.pdf. Acessado em: 18 out. 2021.
- LEMOS, C. L. S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, p. 913-922, 2016.
- MICCAS, F. L.; BATISTA, S. H. S. S. Educação permanente em saúde: metassíntese. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, p. 170-185, 2014.
- OLIVEIRA SARRETA, Fernanda; BERTANI, Iris Fenner. **Perspectivas da educação permanente em saúde**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 4, n. 3, p. 398-408, 2009.
